

## **A Dimensão Socioambiental na Formação Docente: perspectivas e desafios**

Edileuza Dias de Queiroz  
Mestre em Educação – PPGEduc/UFRRJ

Mauro Guimarães  
Docente do PPGEduc/UFRRJ

**Eixo 3:** Pesquisa, Formação de Professores e Trabalho Docente

**Categoria:** Comunicação

### **Resumo**

Este trabalho é fruto de uma pesquisa de Mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Entendemos que o paradigma atual não dar conta da complexidade vivenciada pela sociedade, que encontra-se imersa na crise socioambiental, daí a necessidade de uma reorientação da escola, nesse contexto, torna-se relevante a inserção da dimensão socioambiental na educação e na formação docente. No estudo, propomos: investigar como ocorre (ou não) a incorporação da dimensão socioambiental nos cursos de formação inicial de educadores; verificar se, nos projetos político-pedagógicos e nos currículos dos cursos contemplados e analisados, as concepções dessa dimensão estão presentes e de que forma; e analisar como isso é percebido e praticado pelos docentes dos Cursos. Apoiamo-nos na pesquisa qualitativa, recorrendo à pesquisa bibliográfica e à análise documental, de questionários e de entrevistas semiestruturadas. Para a análise, utilizamos a Análise Textual Discursiva paralelamente ao referencial crítico da EA e da Formação de Professores/Educadores como elementos teórico-metodológicos. Assim, foi possível revelar e compreender limites/dificuldades e as possibilidades da inserção da dimensão socioambiental na formação de educadores.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental; Formação de Educadores; Inserção Socioambiental

## 1 Questões iniciais

Este estudo é fruto de uma pesquisa que culminou em uma dissertação de mestrado, realizado no Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Nossas reflexões partem do princípio de que a educação é prática social historicamente construída; é espaço dialético de limites e de possibilidades. Daí, a necessidade de se analisar o papel que ela desempenha na disputa de interesses e as maneiras como pode, no mundo contemporâneo vivente da grave crise socioambiental, contribuir, de forma significativa, para a construção de uma sociedade mais igualitária e menos degradante. Em função disso, aspiramos a uma transformação socioambiental, embora isto pareça se distanciar e os obstáculos, muitas vezes, pareçam intransponíveis.

Nesse cenário de busca por outra realidade, sobressai a Educação Ambiental (EA), entendida como um processo pedagógico atrelado a uma proposta de modelo societário que se contrapõe ao atual, pois direciona suas análises e suas práticas para uma transformação significativa da sociedade, isto é, para uma transformação das relações de dominação e de exploração. Pode ser considerada, inclusive, uma nova protagonista com reais condições de promover profundas rupturas no modelo educacional arcaico que ainda impera na maioria das escolas, pois, consideramos que, em sua vertente crítica, a EA tem compromisso político com aspectos educacionais que apontam para transformações sociais.

Na sociedade contemporânea, os diversos problemas socioambientais se refletem de imediato na escola. Não obstante tal instituição tenha grande importância para a sociedade, as políticas que a sustentam fomentam interesses diversos e, predominantemente, por dentro da lógica hegemônica do capital. Assim, é preciso verificar como os professores são formados, uma vez que são agentes fundamentais da transformação, são interlocutores de novas práticas escolares, possuem capacidade de pensar e fazer educação de maneira crítica. A formação inicial é condição indispensável para que um professor se torne educador. E é na Universidade, locus de produção de conhecimentos, que se adquirem saberes para uma atuação docente ancorada na responsabilidade social e política, atuação esta que está em consonância com a vertente crítica da Educação Ambiental.

Guimarães (2004), afirma que a Educação Ambiental é uma prática pedagógica que se realiza nas relações do ambiente escolar, na interação entre diferentes atores, conduzida pelos sujeitos educadores. Todavia, para que possam estar aptos a enfrentar os diferentes desafios dessa crise contemporânea, que lhes é apresentada a cada dia, devem ter em sua formação inicial a inserção da dimensão socioambiental. Introduzir a EA Crítica nos processos formativos implica repensar a educação e sua relação com as questões socioambientais, políticas e econômicas. Essa relação é intrínseca e profunda, pois o compromisso educacional se dá com a

construção da cidadania: única forma decente de sermos plenamente humanos.

É com o desejo de refletir acerca de uma formação de educadores mais sólida e mais comprometida com a causa socioambiental que esta pesquisa analisou como a dimensão socioambiental tem se incorporado nos cursos de formação de educadores, bem como apontou limites e possibilidades para a inserção dessa dimensão. Assim, vislumbramos contribuir com reflexões acerca das funções social e política dos educadores, em uma perspectiva crítica da EA.

## **2 Aportes teóricos**

No desenvolvimento da pesquisa foram discutidas temáticas que consideramos essenciais, dentre elas, sobressaem a sociedade e a educação no contexto da crise socioambiental, nos ancoramos em Layrargues (2006) e Guimarães (2004) para nos auxiliar com a análise de tal contexto. A partir daí, entendemos estar em um período de crise, porque o modelo de sociedade de nosso tempo não mais se sustenta, não explica e/ou resolve os problemas criados por ele próprio; todavia, não podemos negar que se trata também de um período de possibilidades e alternativas. Nesse sentido, Trindade (2008, p. 69) assegura que:

Uma época de crise configura-se como uma época de rupturas e questionamentos. Um tempo no qual somos convidados a pensar em outras possibilidades, rever antigos conceitos e concepções com um olhar que acolha múltiplas perspectivas e rejeite as explicações únicas ou as verdades universais que até agora nortearam nosso entendimento.

Consideramos que a crise socioambiental, a mais planetária de todas as crises até hoje vivenciadas, origina-se de uma concepção antropocêntrica e utilitarista sobre a natureza e é resultado do modelo concentrador de capital e do crescimento econômico ilimitado (GUIMARÃES, 2004). As consequências da degradação socioambiental têm colocado o mundo em alerta há bastante tempo; apesar disso, essa preocupação não significa o mesmo para todos, visto que, com as realidades e os objetivos heterogêneos e, muitas vezes, conflitantes, ainda predomina no imaginário mundial a ideia de que tal crise está baseada, exclusivamente, na exaustão e no uso incorreto dos recursos naturais. Para Lima (2011) e Guimarães (2004), como tal crise decorre principalmente do modelo de sociedade e de desenvolvimento adotado, bem como dos interesses e dos valores que o fundamentam, a superação, no momento histórico vivenciado, requer a transformação do modelo de sociedade, e uma das vias para isso é a educação.

Nesse contexto, enfocamos uma educação direcionada para a denúncia das relações de dominação e exploração hegemônicas e para a construção de novas relações entre ser humano, sociedade e natureza. Nesse ínterim, as escolas preparariam seus alunos não apenas para o mercado de trabalho, mas, em especial, para ingressarem na sociedade com as habilidades que

lhes permitam refletir criticamente e intervir no mundo a fim de mudá-lo (GIROUX, 1997).

Diante disso, emerge a Educação Ambiental, que é reconhecida pela sociedade, mesmo que ainda de modo superficial, como uma das principais formas de superação da realidade em crise. Todavia, em relação a sua inserção na escola, sem desconsiderar os avanços conquistados, observamos que há importantes entraves e, dentre eles, está o próprio sistema educacional com seu tradicionalismo demarcado por uma visão cartesiana disciplinarizada, disjuntiva e “bancária” (FREIRE, 2005). Ademais, há o próprio contexto da Educação Ambiental, uma vez que, como muitos estudos apontam (GUIMARÃES, 2004; LOUREIRO, 2007; 2009), sua complexidade abrange várias correntes de pensamento e diversos interesses. Em síntese, não se pode prescindir de que a Educação Ambiental também carrega todos os problemas da tão engenhosa teia social, com todos os seus conflitos, suas contradições e suas políticas institucionais, que refletem tais embates pela hegemonia das atuais relações desiguais constitutivas da realidade.

Acreditamos na Educação Ambiental como uma possibilidade de contribuir para uma transformação da atual sociedade. Para Santos (2004), apesar do processo de globalização perversa que atravessamos, é possível outra realidade de caráter mais humano e solidário. Nesse sentido, a Educação Ambiental Crítica vai ao encontro disso, ou seja, instrumentaliza e mobiliza a base em busca de uma sociedade diferente desta, cujos fossos sociais ainda são profundos e demasiadamente excludentes.

## **2.1 A formação de educadores e o desafio da construção de um outro modelo societário**

Desafios são lançados à escola e ao corpo docente constantemente. Em função dessa constatação, algumas questões nos acompanham e nos intrigam neste estudo; dentre elas, surge a seguinte indagação: Nós, professores, fomos/estamos preparados para esses tantos desafios que nos são impostos?

Macedo (2008) chama a atenção ao afirmar que a formação docente, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica em Nível Superior (2001), reforça a ideia de uma educação aligeirada, com conteúdos fragmentados, cujo objetivo principal é apenas a profissionalização. Nesse tipo de educação, o sentido omnilateral não é privilegiado. De modo geral, o paradigma da racionalidade técnica tem sido a inspiração das políticas educacionais e de grande parte dos cursos de formação de professores no Brasil. Assim, essa formação é vista como um processo de transmissão de conteúdos pré-estabelecidos e de técnicas didáticas em detrimento de seu caráter político de formação de sujeitos comprometidos com a transformação da realidade.

Atentando para um outro olhar sobre a formação docente, Imbéron (2010, p. 7) defende que:

A profissão docente deve abandonar a concepção predominante no século XIX de mera transmissão do conhecimento acadêmico, de onde de fato provém, e que se tornou inteiramente obsoleta para a educação dos futuros cidadãos em uma sociedade democrática: plural, participativa, solidária, integradora.

Considerando a importância da formação do educador para a atuação em um mundo tão complexo, Fávero (2008, p. 52) disserta acerca do papel da Universidade como instituição formadora: “Se a Universidade é parte de uma realidade concreta, suas funções devem ser pensadas e trabalhadas levando-se em conta as exigências da sociedade, nascidas de suas próprias transformações em um mundo em constantes mutações e crises”.

Nesse contexto, a Universidade não pode limitar a formação profissional apenas à especialização, ou seja, à transmissão de conhecimentos específicos de um determinado curso. É preciso o conhecimento que permita a visão de um mundo integrado e interligado e a possibilidade de espaço e tempo para a realização das atividades coletivas, considerado o processo de construção do conhecimento em desenvolvimento na convivência humana, na interação entre indivíduo e sociedade, como um ato político intrínseco a essa formação. Logo, a Universidade, comprometida com a construção de melhores condições socioambientais na sociedade, deve assumir essa omnilateralidade em seus processos formativos, afinal, isto é também uma conquista nesse espaço, fruto de luta política.

## **2.2 A Educação Ambiental no contexto da formação de educadores**

A Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional – LDBEN (BRASIL, 1996) não foi incisiva em relação à inserção da Educação Ambiental nos currículos. Em decorrência disso, podemos dizer que, no que toca a questão socioambiental, a referida legislação não deu relevância ao importante movimento que, desde a Conferência de Estocolmo de 1972, procurava incluir a Educação Ambiental como um instrumento de política pública relevante para a promoção de uma ordem mundial mais justa. A Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA acrescenta que “[...] os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental” (BRASIL, 1999).

As leis existem, mas a Educação Ambiental, que já não é novidade nas escolas, não é pensada e praticada de forma articulada e referenciada. Muitos pensam e agem de forma diferente no que toca esse campo. E aí surgem algumas inquietações: Será que os professores que dizem trabalhar com Educação Ambiental estão cientes das diretrizes que seguem? Será que, inconscientemente, apenas reproduzem em suas práticas pedagógicas o discurso do pensamento hegemônico? Que saberes de Educação Ambiental são afinal desenvolvidos nos

curso de formação de professores? Por que a Educação Ambiental ainda é tímida na educação superior?

Para justificar a importância da Educação Ambiental como componente essencial para o processo de transformação social, Guimarães (2009, p. 14) ressalta:

A Educação Ambiental apresenta-se como uma dimensão do processo educativo voltada para a participação de seus atores, educandos e educadores, na construção de um novo paradigma que contemple as aspirações populares de melhor qualidade de vida socioeconômica e um mundo ambientalmente sadio.

Formar um educador, segundo os referenciais críticos, emancipatórios e transformadores – como pressupõe a Educação Ambiental pela qual militamos –, passa por ações e reflexões que possibilitam questionamentos e críticas frente aos determinismos neoliberais, que centram nas questões econômicas o referencial de valores para a sociedade, valores estes ainda hegemônicos também nas Universidades. Dessa forma, torna-se pertinente reafirmar o importante papel da instituição universitária, como locus de produção e disseminação de conhecimento, participante da formação de professores comprometidos com a transformação da realidade tão demarcada por desigualdades socioambientais.

### **3 Os caminhos que nos permitiram desvelar a realidade**

Neste estudo investigamos de que forma a dimensão socioambiental vem sendo tratada na formação inicial nos cursos de Licenciatura em Geografia, da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e de Pedagogia, do Instituto Multidisciplinar (IM) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Para a interpretação da realidade contemplada, apoiamos-nos no materialismo histórico e dialético, método vinculado a uma concepção de realidade, de mundo e de vida no seu conjunto (FRIGOTTO, 2010), que oferece um caminho a partir da definição da *categoria simples* como síntese de múltiplas determinações (TOZONI-REIS, 2001).

Para maior aprofundamento da pesquisa documental, dos questionários e das entrevistas e, com o objetivo de elaborar as categorias, para uma melhor análise dos questionários, das entrevistas e dos documentos, realizamos repetidas leituras dos discursos dos professores que responderam ao questionário e que participaram da entrevista, o que também foi feito com a análise textual discursiva (MORAES, 2003; MORAES; GALIAZZI, 2006) da parte documental. A análise documental foi feita seguindo o mesmo critério. Esse caminho nos levou a uma compreensão, de forma integrada, da realidade em que se encontra o complexo processo educacional/formativo.

#### **4 A inserção da dimensão socioambiental na formação de educadores: limites e possibilidades**

A partir das análises da pesquisa, reafirmamos que os docentes necessitam desenvolver, desde a formação inicial, uma atitude de observação permanente dos fatos ocorridos na relação pedagógica, em íntima vinculação com o contexto social, político, econômico e cultural – socioambiental – em que suas práticas se efetivam.

Os desafios da realidade requerem um novo formato para a formação docente, o qual responda às demandas emergentes no contexto da sociedade contemporânea. Esse formato deve buscar a superação das concepções tradicionais do processo educacional, as quais são sustentadas por uma lógica formal que hierarquiza, fragmenta e discipliniza conhecimentos e conteúdos, propondo, ainda, uma estrutura curricular rígida. Em contraponto, encontramos na Educação Ambiental as brechas para novas possibilidades de produção de conhecimentos, de acordo com as necessidades das demandas sociais. Entretanto, é necessário que os diversos espaços formadores invistam na formação em Educação Ambiental.

O desafio que as questões socioambientais colocam à educação superior não é simples; ele propõe transformações radicais. Os caminhos e as experiências brasileiras (como, por exemplo, as mapeadas e descritas pela Rede Universitária de Programas de Educação Ambiental/RUPEA, em 2005) têm demonstrado que a inserção da dimensão socioambiental no âmbito das atividades acadêmicas encontra inúmeras e variadas dificuldades, apesar de ser formalmente reconhecida como uma necessidade para gerar conhecimentos interdisciplinares. Entre as dificuldades encontradas para a implementação da Educação Ambiental, o documento da RUPEA (2005) aponta as seguintes: as estruturas organizacionais das Universidades; a falta de financiamento; as políticas institucionais; e a imprecisão de fundamentos teóricos/conceituais/metodológicos.

Em palestra<sup>1</sup> realizada durante o 3º Seminário Internacional Sustentabilidade na Universidade, que ocorreu entre os dias 17, 18 e 19 de novembro de 2011, no campus de São Carlos da Universidade de São Paulo - USP, a Professora Doutora Haydée Torres de Oliveira apresentou um panorama das iniciativas de ambientalização da Educação Ambiental a partir da Universidade brasileira. Depois de fazer um relato sobre as dificuldades encontradas para essa ambientalização, a pesquisadora tece considerações muito pertinentes, dentre as quais consideramos relevantes: (a) A ambientalização do ensino superior brasileiro está em construção e deve ser fortalecida por processos participativos que considerem as peculiaridades das Instituições de Ensino Superior – IES; (b) A articulação em redes colaborativas e a participação em políticas públicas têm o potencial de influenciar positivamente a ambientalização das IES e da sociedade; (c) Superar as dificuldades na implementação da

---

<sup>1</sup> A íntegra dessa palestra se encontra na plataforma virtual [www.projetosustentabilidade.sc.usp.br](http://www.projetosustentabilidade.sc.usp.br).

Educação Ambiental no Ensino Superior implica criatividade, esforço conjunto e diálogo permanente.

Diante disso, consideramos que os resultados encontrados por intermédio da pesquisa estão em consonância com as considerações apontadas pela pesquisadora acima citada, pois as trilhas para uma educação pautada nos princípios da Educação Ambiental ainda se encontram cheias de obstáculos. Dentre eles, podemos citar a falta de iniciativas governamentais.

Percebemos que existe um descompasso entre o discurso sobre a inserção e a efetivação da Educação Ambiental e a prática, seja na escola, seja na Universidade. Então, é preciso que as instituições formadoras direcionem a atenção para esse fato, a começar pela reflexão sobre o papel dos professores formadores. Alertamos também para o fato de que existe um silêncio no que diz respeito aos debates socioambientais, no campo das políticas curriculares para a educação superior.

Acreditamos que uma das possibilidades para a inserção da dimensão socioambiental na formação de educadores é a discussão da temática na instituição universitária, sobretudo junto aos cursos de Licenciatura. É fundamental o diálogo entre as diferentes áreas do conhecimento, pois isto contribui para romper com as barreiras comportamentais, estruturais e organizacionais tão profundamente demarcadas ao longo do tempo.

## **5 Indicativos para a consolidação da Educação Ambiental Crítica na formação de educadores**

Entendemos que é necessário trazer para os cursos de formação de educadores uma dimensão complexa e integradora das diversas dimensões sociais. Entre essas dimensões, está a política, com visões e posturas de mundo que envolvem discussões sobre exclusão e desigualdade. Temos a certeza de que inserir a dimensão socioambiental nos cursos de formação inicial de educadores contribui imensamente para se consolidar a Educação Ambiental e para fortalecer o processo formativo dos profissionais da educação. Nesse viés, Tozoni-Reis (2008, p. 145-146) afirma que:

Formar profissionais de educação ambiental, com competência para formular sínteses socioambientais, exige um esforço criativo que significa reformular os currículos desses cursos. Exige reformulação radical que as instituições de ensino superior, pelo menos no que diz respeito à circulação de ideias sobre novos paradigmas, estão a solicitar, embora suas estruturas institucionais sejam grande obstáculo.

Tozoni-Reis (op cit) ressalta a importância da reestruturação universitária. Afirma que a formação de educadores ambientais pode ser sistematizada numa perspectiva de mudança paradigmática, com uma reestruturação radical do ensino, da pesquisa e da extensão nas

Universidades e com a interdisciplinaridade, nesse viés, funcionando como o princípio metodológico básico. Nesse sentido, a inserção da dimensão socioambiental, interdisciplinarmente, implica repensar todo o processo educativo brasileiro e sua relação com as questões socioambientais, políticas, culturais e econômicas. Essa relação é intrínseca e profunda, pois o compromisso educacional se dá com a construção da cidadania plena. Em consonância com Guimarães (2004), acreditamos que a formação que possa contribuir significativamente para a formação de um cidadão mais crítico e ativo, ancorada pelo embate hegemônico, deve potencializar um ambiente educativo de caráter crítico, a fim de que o processo educativo possa estar inserido no movimento de transformação da realidade.

Dentre os indicativos que possibilitam uma consolidação da Educação Ambiental Crítica na formação de educadores, destacamos: uma formação docente que tenha um novo formato, a fim de que possa responder às demandas emergentes no contexto da sociedade contemporânea; a discussão da temática na instituição universitária; o diálogo entre as diferentes áreas de conhecimento; uma formação pautada na dimensão complexa, integradora das diversas dimensões sociais.

## **6 Considerações finais**

No decorrer desta pesquisa, diversos sentidos foram desvelados, especialmente os trazidos pelos professores formadores. A formação de educadores é um tema instigante, e refletir sobre o processo formativo de educadores ambientais é, de certa forma, contribuir para uma educação emancipatória, em que o cidadão tenha plena capacidade de intervir na realidade.

Assim, ancorados nos pressupostos da EA Crítica, investigamos, a partir de nosso recorte, como os cursos de formação inicial de educadores (cursos de licenciatura) abordam as questões socioambientais. Em síntese, observamos que a inserção da dimensão socioambiental ainda ocorre de forma incipiente, ou seja, por ações individuais de apenas alguns professores, e que, entre as diversas causas disso, está o entrave da disciplinarização pautada no pensamento linear.

Como o conhecimento oferecido pela Universidade se apresenta de forma fragmentada, os documentos orientadores (Diretrizes Curriculares e Projeto Político Pedagógico) dos cursos de formação de educadores assim também se apresentam. Em outras palavras, o enfoque interdisciplinar – princípio da Educação Ambiental – não é contemplado. No entanto, a Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental, indicam uma orientação mais precisa para a inserção socioambiental em todos os níveis de ensino, uma vez que traz vários Artigos ressaltando a inserção da Educação Ambiental, como podemos observar no Capítulo II, em seu Art. 7º afirma que *“a Educação Ambiental deve estar presente, de forma articulada, nos níveis e modalidades da Educação*

*Básica e da Educação Superior*”; o Art.8º reforça isto, ao afirmar que “*a Educação Ambiental deve ser desenvolvida como prática educativa integrada e interdisciplinar, contínua e permanente em todas as fases, etapas, níveis e modalidades*”; o seu Art. 10 está em plena consonância com as nossas preposições, pois declara que “*a dimensão socioambiental deve constar dos currículos de formação inicial e continuada dos profissionais da educação*”.

Em decorrência disso, podemos ousar em acreditar num futuro promissor para as questões socioambientais nos discursos e práticas dos meios acadêmico e escolar, apesar de sabermos que isso é um processo que precisa de algum tempo para tornar-se realidade, uma vez que depende da conjugação de muitos fatores.

## **7 Referências bibliográficas**

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial**, Brasília, 23 dez. 1996.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília, 28 abr. 1999.

\_\_\_\_\_. Parecer CNE nº 009/2001. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. **Diário Oficial**, Brasília, 18 jan. 2002.

\_\_\_\_\_. Resolução CNE/CP 2/2012. **Diário Oficial**, Brasília, 18 de junho de 2012.

FÁVERO, M. L. A. Universidade e estágio curricular: subsídios para discussão. In: ALVES, N. (Org.). **Formação de professores: pensar e fazer**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 53-71

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, I (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 75-100.

GIROUX, H. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GUIMARÃES, M. **A formação de educadores ambientais**. Campinas: Papirus, 2004.

\_\_\_\_\_. **A dimensão ambiental na educação**. 9. ed. Campinas: Papirus, 2009.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LAYRARGUES, P. P. Muito além da natureza: educação ambiental e reprodução social. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. R. (Orgs.). **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 72-103.

LIMA, G. F. C. **Educação ambiental no Brasil: formação, identidades e desafios**. Campinas: Papirus, 2011

LOUREIRO, C. F. B. **Trajetórias e fundamentos da educação ambiental**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. (Org.). **A questão ambiental no pensamento crítico: natureza, trabalho e educação**. Rio de Janeiro: Quartet, 2007.

MACEDO, J. M. **A formação do pedagogo em tempos neoliberais: a experiência da UESB**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2008.

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Revista Ciência & Educação**, v. 9, n. 9, p. 191-211, 2003.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Revista Ciência & Educação**, v. 12, n. 1, p. 117-128, 2006.

OLIVEIRA, H. T. de. Panorama tentativo das iniciativas de ambientalização da e a partir de universidade brasileira. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SUSTENTABILIDADE NA UNIVERSIDADE, 3, 2011, São Carlos. **Anais...** São Carlos, SP: USP, 2011. Disponível em: <http://www.projetosustentabilidade.sc.usp.br/index.php/Seminario-Internacional-de-Sostenibilidad-en-la-Universidad/Apresentacoes-dos-Palestrantes-dias-17-e-18/17-nov-Palestras/Profa.-Dra.-Haydee-Torres-de-Oliveira>. Acesso em: 6. set. 2012.

REDE UNIVERSITÁRIA DE PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. **Relatório final: Mapeamento da Educação Ambiental em instituições brasileiras de Educação Superior: elementos para discussão sobre políticas públicas**. [S.l.], 2005.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

TOZONI-REIS, M. F. C. **Educação ambiental: natureza, razão e história**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

\_\_\_\_\_. Educação ambiental: referências teóricas no ensino superior. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v. 5, n. 9, p. 33-50, 2001.

TRINDADE, D. F. Interdisciplinaridade: um novo olhar sobre as ciências. In: FAZENDA, I. (Org.). **O que interdisciplinaridade?** São Paulo: Cortez, 2008. p. 65-83.